

DAI

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Diretoria de Auditoria Interna

PLANO DE AUDITORIA ANUAL

PAA 2026 - 2021/00129071

Novembro de 2025

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS.....	5
2.1	Administrativa	7
2.2	Recursos humanos	8
2.3	Gestão financeira e orçamentária	9
2.4	Gestão contábil e patrimonial.....	10
2.5	Tecnologia da informação.....	11
2.6	Obras e serviços de engenharia	12
3.	APOIO AO CONTROLE EXTERNO	13
4.	CONSULTORIAS.....	13
5.	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	13
6.	CRONOGRAMA	14
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos dos artigos 36 a 38 da Resolução nº 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça e artigo 17 da Portaria TJSP nº 9.909/2020, apresenta-se o Plano Anual de Auditoria de 2026, no qual são estabelecidos os assuntos a serem abordados nas Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A elaboração do PAA deve ser baseada preferencialmente em riscos, direcionando os esforços das unidades de auditoria às questões que estejam com maior exposição a ameaças passíveis de afetar o alcance dos objetivos do TJSP. Assim, deve estar em harmonia com o plano estratégico, com as expectativas da alta administração e com o processo de gestão de riscos, quando houver e for considerado confiável.

O Manual de Auditoria do Poder Judiciário elaborado pelo CNJ orienta que a priorização dos temas auditáveis deve observar duas etapas: a avaliação da maturidade da gestão de riscos do tribunal; ou o cadastro de riscos da unidade auditada e mapeamento ou fatores de riscos realizado pela própria unidade de auditoria.

Relativamente ao processo de priorização dos objetos auditáveis, constantes do universo de auditoria, é necessário que se observem as seguintes etapas:

c) Etapa 1 - Avaliação da maturidade da gestão de riscos do tribunal ou conselho: essa avaliação deve possibilitar à unidade de auditoria a tomada de decisão sobre em que medida ela poderá, ou não, valer-se dos riscos que, eventualmente, já tenham sido mapeados e avaliados pela gestão; e d) Etapa 2 - Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos: deverá ser utilizado o cadastro de riscos da unidade auditada, se confiável, e, se não, o mapeamento de riscos ou dos fatores de riscos realizado pela própria unidade de auditoria.

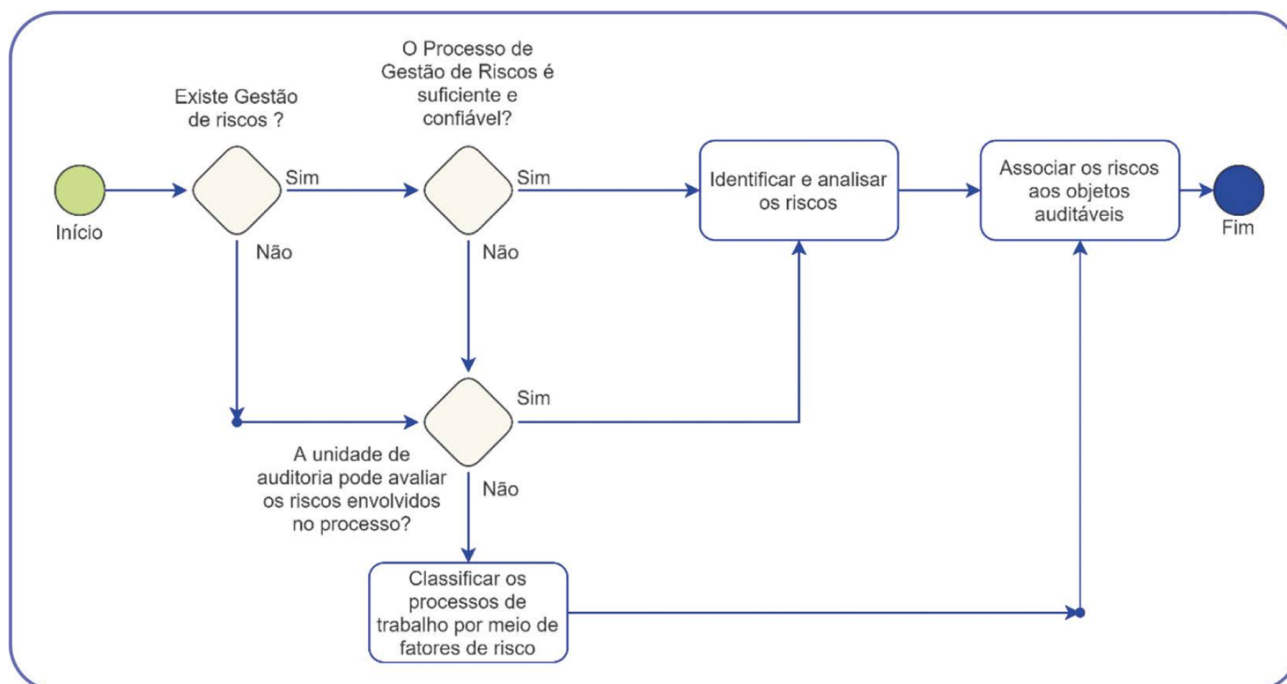
Fonte: Manual de Auditoria do Poder Judiciário - fls. 37

O manual frisa, também, que na insuficiente maturidade da gestão de riscos, como é o caso do TJSP que ainda não implantou política de gestão de riscos institucional, poderão ser utilizados critérios ou fatores de risco para a priorização dos objetos de auditoria.

(...) nas situações em que for constatada a inadequação da maturidade da gestão de riscos e não for aplicável ou viável a identificação e avaliação dos riscos pela unidade de auditoria, poderão ser utilizados critérios de priorização, chamados de fatores de risco, para a seleção dos objetos de auditoria do universo em estudo.

Fonte: Manual de Auditoria do Poder Judiciário - fls. 38

Figura 13 - Fluxo de decisões para priorização dos objetos auditáveis



Fonte: Manual de Auditoria do Poder Judiciário - fls. 38

Assim, este documento traz as atividades selecionadas em decorrência de sua criticidade, quer em razão do volume de recursos públicos envolvidos, quer diante da necessidade de análise de riscos na gestão ou, ainda, do tempo decorrido desde a última auditoria.

Acerca da metodologia de priorização dos temas auditáveis, foram adotados os seguintes critérios e indicadores de riscos:

- Alinhamento:
 - *Planejamento Estratégico Institucional (PEI)*
 - *Proposta Orçamentária Setorial*
 - *Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)*
 - *Estratégia de TI*
 - *Plano de Contratações*
 - *Plano de Obras*
- Automação do processo;
- Eficácia dos controles internos;
- Imposição legal;
- Materialidade;
- Orientações ou Ações Coordenadas do CNJ;
- Possíveis impactos à:
 - *Imagem institucional*
 - *Prestação jurisdicional*

- Quantidade de objetos tratados no fluxo de trabalho;
- Recomendações de auditorias prévias relacionadas ao tema;
- Regulamentação do processo;
- Singularidade (objeto nunca auditado).

De acordo com a peculiaridade, as auditorias serão subsidiadas por documentos, questionários, visitas ou reuniões, não excluindo a utilização de outras metodologias de trabalho, sempre visando a análise da conformidade dos procedimentos, a eficiência dos atos de gestão e o vislumbre de oportunidades de melhoria a partir de pesquisa de boas práticas adotadas em outros órgãos.

Espera-se que as auditorias proporcionem ações preventivas e de orientação às unidades administrativas, com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência das gestões administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, fornecendo o adequado apoio à Alta Administração no gerenciamento de recursos.

Oportuno registrar que a Resolução CNJ nº 309/2020 estabelece que a auditoria deve auxiliar a organização no alcance dos seus objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada voltada à avaliação e ao aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Planejamento Estratégico 2021–2026 estabelece, no eixo “Eficiência dos Serviços”, os objetivos estratégicos de número 10 (“Aprimorar a gestão judicial”) e 11 (“Aprimorar o sistema de custas, despesas processuais e emolumentos”). Todavia, tais objetivos, por sua natureza jurídica, operacional e normativa, inserem-se diretamente nas competências exclusivas da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

Por sua vez, a Resolução CNJ nº 308/2020, em seu artigo 12, inciso II, que fixa a abrangência do Sistema de Auditoria do Poder Judiciário - SIAUD-Jud, inseriu no escopo de atividades de auditoria interna dos Órgãos Jurisdicionados ao CNJ, exames que abrangem unidades extrajudiciais autônomas ou privadas.

No mesmo sentido, o artigo 11, inc. V, da Resolução mencionada incluiu como uma das finalidades do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário o exame sobre os recursos públicos alocados por entidades de direito privado.

A normatização, o controle e a uniformização das rotinas relativas ao sistema de custas, despesas processuais e emolumentos são atribuições próprias da Corregedoria Geral da Justiça do TJSP, que detém a competência para regulamentar e promover correções sobre as unidades judiciais e extrajudiciais.

Diante desse cenário normativo, a unidade de Auditoria Interna não deve atuar diretamente em áreas cuja condução normativa e fiscalizatória são prerrogativas exclusivas da Corregedoria, salvo por expressa determinação da Alta Administração, de modo que não acarrete

indevida interferência no escopo de atuação da Egrégia Corregedoria.

A atuação da Auditoria deve observar, rigorosamente, o princípio da legalidade administrativa e o respeito às competências institucionais definidas pelo ordenamento do Poder Judiciário.

Finalmente, o Plano Anual de Longo Prazo (PALP) não é mais exigido pela norma, conforme os arts. 31 e 32 da Resolução CNJ nº 309/2020, com as alterações promovidas pela Resolução CNJ nº 633/2025, que tratam da estratégia da auditoria interna, motivo pelo qual esta Auditoria Interna irá aguardar a próxima edição da estratégia do tribunal para iniciar a elaboração da estratégia da auditoria.

2. ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS

2.1 Administrativa

2.1.1 Ação Coordenada do CNJ - Auditoria tema: Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objeto da Resolução CNJ nº 433
- Eficácia da implementação e a efetividade das ações voltadas ao tema
- Singularidade (objeto nunca auditado)
- Possíveis impactos à imagem institucional

2.1.2 Auditoria no contrato de prestação dos serviços de mão de obra especializada em serviços gráficos e apoio operacional, bem como no contrato de prestação de serviço de locação de impressora policromática digital para utilização no Serviço de Artes Gráficas

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 08 do PEI 2021-2026
- Alinhamento ao Plano de Contratações
- Eficácia dos controles internos
- Materialidade (R\$ 2.823.453,72 – valor inicial, correspondente à soma dos dois contratos)
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.1.3 Auditoria no contrato de prestação de serviços de locação de purificadores de água para diversos prédios da Capital, incluindo a manutenção preventiva e corretiva

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 08 do PEI 2021-2026
- Alinhamento ao Plano de Contratações
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.2 Recursos humanos

2.2.1 Auditoria sobre o demonstrativo de pagamento (holerite) dos servidores

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 21 do PE 2021-2026
- Possíveis impactos à Imagem Institucional
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.2.2 Auditoria em Férias de Servidores

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 21 do PE 2021-2026
- Possíveis impactos à Imagem Institucional
- Aproveitamento do conhecimento adquirido
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.2.3 Auditoria em Avaliação de Desempenho

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 21 do PE 2021-2026
- Possíveis impactos à Imagem Institucional
- Eficácia dos controles internos

2.3 Gestão financeira e orçamentária

NOTA: PARA AJUSTE DO CALENDÁRIO, AS AUDITORIAS 2.3.1, 2.3.2 E 2.3.3 PREVISTAS NO PAA 2025 FORAM TRANSFERIDAS PARA O PAA 2026, CONSIDERANDO QUE ESTÃO PROGRAMADAS PARA SEREM INICIADAS COM O FECHAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025.

2.3.1 Auditoria de execução orçamentária (AEO 2025 – MOJ 2025) – Mandado de Oficiais de Justiça

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 1 do PEI 2021-2026/v.3
- Materialidade
- Automação do processo
- Eficácia dos controles internos
- Regulamentação do processo
- OBS.: A ANÁLISE SERÁ EFETUADA PREFERENCIALMENTE COM OS VALORES DO FECHAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025.

2.3.2 Auditoria do exercício orçamentário (RAIF 2025) – Relatório de Acompanhamento Anual de Informações Fiscais

Critérios e indicadores de risco

- Imposição legal: CF - art. 74
LRF - art. 59
Portaria TJSP 7.800/2010 - art. 2º
IN 01/2020 TCE - arts. 66 e 67

2.3.3 Auditoria de demonstrativo financeiro-orçamentário (DFO 2025 – DCRP 2025) – Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar – RGF Anexo V

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 1 do PEI 2021-2026/v.3
- Automação do processo
- Eficácia dos controles internos
- Regulamentação do processo

2.3.4 Regularidade no uso da verba de representação - nov/2025 a out/2026

Critérios e indicadores de risco

- Imposição legal: IN 01/2020 TCE - art. 51
- Possíveis impactos à imagem institucional

2.3.5 Monitoramento e consultoria

2.4 Gestão contábil e patrimonial

2.4.1 Consultoria sobre os impactos da Reforma Tributária no TJSP

Critérios e indicadores de risco:

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 08, 12 e 21 do PEI 2021-2026/v.3
- Materialidade
- Singularidade

2.4.2 Auditoria em despesas extemporâneas ou sem previsão contratual

Critérios e indicadores de risco:

- Alinhamento aos objetivos estratégicos nºs 08, 12 e 21 do PEI 2012-2026/v.3
- Automação do processo
- Eficácia nos controles internos
- Materialidade
- Singularidade

2.4.3 Consultoria em desoneração e/ou reoneração da folha de pagamento e/ou divergência de alíquotas de tributos em planilhas contratuais

Critérios e indicadores de risco:

- Alinhamento aos objetivos estratégicos nºs 08 e 21 do PEI 2012-2026/v.3
- Materialidade

2.4.4 Monitoramento

2.5 Tecnologia da informação

2.5.1 Auditoria operacional no contrato 52/2023, que trata do fornecimento de solução para expansão e evolução da Rede *Wireless* (sem fio), nas dependências do TJSP.

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:

Planejamento Estratégico de TI

Meta 5.1 Manter atualizado o parque tecnológico.

Meta 5.4 Adequar os sistemas administrativos legados para ambiente de alta disponibilidade.

Meta 5.8 Manter ambiente de alta disponibilidade para suporte aos sistemas, no que se refere ao armazenamento e comunicação.

- Materialidade (R\$ 14.410.271,00)
- Criticidade técnica
- Risco de segurança da informação
- Dependência tecnológica

2.5.2 Auditoria operacional no contrato 178/2021, relativo ao fornecimento de servidores.

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:

Planejamento Estratégico de TI

Meta 5.1 Manter atualizado o parque tecnológico.

Meta 5.4 Adequar os sistemas administrativos legados para ambiente de alta disponibilidade.

Meta 5.8 Manter ambiente de alta disponibilidade para suporte aos sistemas, no que se refere ao armazenamento e comunicação.

- Continuidade operacional e segurança da informação
- Materialidade (R\$ 39.900.000,00)
- Possíveis impactos à prestação jurisdicional
- Conformidade legal e contratual

2.5.3 Auditoria operacional no contrato 30/2021, relativo à solução de nuvem privada

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:

Planejamento Estratégico de TI

Meta 5.1 Manter atualizado o parque tecnológico.

Meta 5.8 Manter ambiente de alta disponibilidade para suporte aos sistemas, no que se refere ao armazenamento e comunicação.

- Materialidade (R\$ 311.650.000,00)
- Possíveis impactos à imagem institucional e prestação jurisdicional
- Singularidade (objeto nunca auditado)
- Governança e fiscalização contratual

2.6 Obras e serviços de engenharia

2.6.1 Auditoria operacional no contrato 6/2024, para o fornecimento e instalação de novo sistema de climatização, ventilação e exaustão, forro e infraestrutura elétrica e hidráulica do prédio do GADE 23 de maio - capital/SP.

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:
 - Proposta Orçamentária Setorial
 - Plano de Contratação Anual de 2023 (ID do sistema 2068)
 - Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026
 - Objetivo 3 - Aumentar a satisfação pessoal e profissional dos agentes públicos no ambiente de trabalho
 - Objetivo 9 - Adequar a infraestrutura física e otimizar uso dos prédios e espaços
- Materialidade (R\$ 9.520.956,39)

2.6.2 Auditoria operacional no contrato 127/2024, para execução de reforma pontual para instalação de Gabinetes de Juízes Substitutos em 2º grau no prédio do Fórum João Mendes Junior.

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:
 - Plano de Contratação Anual de 2023 (ID do sistema 1222)
 - Planejamento Estratégico Institucional
 - Objetivo 9 - Adequar a infraestrutura física dos prédios
- Possíveis impactos à imagem institucional e prestação jurisdicional
- Materialidade (R\$ 1.491.983,06)

2.6.3 Auditoria operacional no contrato 119/2024, para execução de reforma da fachada com a substituição dos caixilhos no prédio do Fórum de Sorocaba.

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:
 - Proposta Orçamentária Setorial
 - Planejamento Estratégico Institucional
 - Objetivo 3 - Aumentar a satisfação pessoal e profissional dos agentes públicos no ambiente de trabalho
 - Objetivo 9 - Adequar a infraestrutura física e otimizar uso dos prédios e espaços
- Materialidade (R\$ 7.892.180,59)

3. APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Apoiar o TCESP e acompanhar os setores da Administração na auditoria anual realizada no TJSP, conforme dispõe o artigo 2º, da Portaria TJSP 7.800/2010.

4. CONSULTORIAS

Nos termos do artigo 2º, III, da Resolução nº 309/2020 do CNJ, esta Diretoria de Auditoria Interna poderá realizar consultorias formuladas pelas áreas administrativas desta C. Corte, cujo prazo e escopo serão acordados com o solicitante e desde que não impliquem em atos de gestão.

Tais consultorias serão realizadas enquanto não prejudicarem o cronograma das auditorias previstas neste PAA 2026, salvo determinação expressa da E. Presidência.

5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Aprimoramento técnico para o desenvolvimento das atividades de auditoria interna por meio de leitura de livros e revistas técnicas, DJE, nos sites do CNJ, TCE, TCU, SEFAZ, SPRD, nos sistemas SIAFEM e SIGEO, além da participação em cursos presenciais e EAD ministrados pelo TJ/EJUS, CNJ, TCU, FAZESP e outras instituições, com especial enfoque no curso do IIA Brasil - AUDI II, formação de auditores em nível avançado.

6. CRONOGRAMA

As atividades listadas nos itens acima serão realizadas de acordo com a estimativa que segue:

SETOR	MATÉRIA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DAI	Conclusão das auditorias do PAA de 2025												
	2.1.1 Ação Coordenada do CNJ - Auditoria tema: Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente												
	2.1.2 Auditoria nos contratos de prestação dos serviços de mão de obra e de locação de impressora policromática no Serviço de Artes Gráficas												
	2.1.3 Auditoria no contrato de locação de purificadores de água para prédios da Capital.												
	2.1.4 Monitoramento na área administrativa												
DAI	Conclusão das auditorias do PAA de 2022, 2024 e 2025.												
	2.2.1 Auditoria sobre o demonstrativo de pagamento (holerite) dos servidores												
	2.2.2 Auditoria em Férias de Servidores												
	2.2.3 Auditoria em Avaliação de Desempenho												
	2.2.4 Monitoramento na área de recursos humanos												
DAI	Conclusão das auditorias do PAA de exercícios anteriores												
	2.3.1 Auditoria de execução orçamentária (AEO 2025 – MOJ 2025)												
	2.3.2 Auditoria do exercício orçamentário (RAIF 2025) – Relatório de Acompanhamento Anual de Informações Fiscais												
	2.3.3 Auditoria de demonstrativo financeiro-orçamentário (DFO 2025 – DCRP 2025)												
	2.3.4 Regularidade no uso da verba de representação – Nov/2025 a Out/2026												
	2.3.5 Monitoramento e consultoria												
DAI	Conclusão das auditorias do PAA de exercícios anteriores												
	2.4.1 Consultoria sobre os impactos da Reforma Tributária no TJSP												
	2.4.2 Auditoria em despesas extemporâneas ou sem previsão contratual												
	2.4.3 Consultoria em desoneração e/ou reoneração da folha de pagamento e/ou divergência de alíquotas de tributos em planilhas contratuais												
	2.4.4 Monitoramento												
DAI	2.5.1 Auditoria para expansão e evolução da Rede Wireless (sem fio).												
	2.5.2 Auditoria relativo ao fornecimento de servidores.												
	2.5.3 Auditoria relativo à solução de nuvem privada.												
	2.5.4 Monitoramento na área de tecnologia da informação												
DAI	2.6.1 Auditoria no contrato para climatização no prédio do GADE 23 de maio												
	2.6.2 Auditoria no contrato para a instalação de gabinetes de Juizes Substitutos em 2º grau no Fórum João Mendes Júnior												
	2.6.3 Auditoria no contrato para a reforma da fachada do Fórum de Sorocaba												
	2.6.4 Monitoramento na área de obras e serviços de engenharia												
DAI	Apoio Controle Externo												

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de auditoria interna no exercício de 2026 e o cronograma apresentado poderão ser alterados para adequações diante de eventuais necessidades operacionais desta Diretoria de Auditoria Interna ou em razão de recomendações do C. CNJ, mediante prévia anuência da E. Presidência.

São Paulo, *data da assinatura digital*.

(assinatura digital)

Dulce Toyoko Kuniyoshi

Coordenadora
DAI 2

(assinatura digital)

Eleni Pazin

Coordenadora
DAI 3

(assinatura digital)

Douglas Alaor Franco Martins

Coordenador
DAI 4

(assinatura digital)

Renato Yoshinobu Kuba

Diretor de Auditoria Interna

Setor	TEMA	Extensão	Unidade Auditada	Metodologia	Cronograma	Riscos	Relevância	Objetivo	Resultados Esperados	Análise Prioritária (escopo)	Recursos Humanos
DAI 2.1	Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente	Subordinada ao Programa de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça		Conforme o Programa de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça	De março a julho/2026	Ausência de mecanismos adequados de governança, planejamento, estruturação técnica, cooperação institucional, destinação de recursos e avaliação das ações voltadas à implementação da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, em desconformidade com as diretrizes da Política, podendo resultar em baixa efetividade na jurisdição climático ambiental, além de comprometer a capacidade do Poder Judiciário de contribuir de forma consistente para a governança climática nacional e para a proteção dos direitos intergeracionais ao meio ambiente	A efetiva implementação da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente é relevante diante da natureza do direito ambiental, que exige respostas institucionais céleres e eficazes, capazes de assegurar decisões efetivas diante de situações que podem gerar danos de difícil reparação e de grande impacto coletivo.	Avaliar, pelas unidades de auditoria interna dos tribunais e seções judiciárias, o estágio de implementação e a efetividade das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de melhoria na governança, gestão e monitoramento da atuação dessas instituições, com vistas a subsidiar decisões estratégicas e promover maior integração e eficiência na atuação na proteção ambiental pelo Poder Judiciário.	Implementação e a efetividade das ações voltadas à Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente	Exames de conformidade e operacionais voltados à verificação da implementação e efetividade da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente (Resolução CNJ nº 433/2021), abrangendo a governança institucional, os mecanismos de monitoramento e controle, os indicadores e as ações desenvolvidas pelos tribunais.	3 Auditores
DAI 2.1	Serviço de Artes Gráficas + locação de impressora policromática	Cumprimento das cláusulas contratuais e fiscalização nos termos do Prov 2.724/2023	SAAB 2.3	Análise por amostragem e análise de documentos	De maio a setembro/2026	Serviço ocioso, descumprimento de cláusulas contratuais, divergência entre valor NF e serviço efetivamente prestado	Aperfeiçoamento na gestão/fiscalização e análise dos controles internos.	Verificar cumprimento do Provimento nº 2.724/2023 na fiscalização dos contratos e produtividade.	Eficiência na fiscalização contratual. Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos	Avaliar a execução contratual e a fiscalização do contrato pelos fiscais e gestor.	3 Auditores
DAI 2.1	Locação de purificadores de água	Cumprimento das cláusulas contratuais e fiscalização nos termos do Prov 2.724/2023	SAAB 2.2.1	Análise por amostragem e análise de documentos	De setembro a dezembro/2026	Descumprimento de cláusulas contratuais, divergência entre valor NF e serviço efetivamente prestado	Aperfeiçoamento na gestão/fiscalização e análise dos controles internos.	Verificar cumprimento do Provimento nº 2.138/2013 na fiscalização dos contratos e a qualidade dos serviços prestados.	Eficiência na fiscalização contratual. Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos	Avaliar a execução contratual e a fiscalização do contrato pelos fiscais e gestor.	3 Auditores
DAI 2.1	Monitoramento dos trabalhos realizados	Acompanhamento do cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria e acolhidas pela E. Presidência		Análise e requisição de documentos	De janeiro a dezembro/2026	Agravamento ou permanência dos problemas identificados na auditoria pelo descumprimento das determinações da E. Presidência	Cumprimento das normas internas e legislação, solução, melhoria, aprimoramento contínuo e retorno financeiro advindos do trabalho de auditoria executado	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	melhoria na eficiência, economicidade e eficácia dos procedimentos e/ou controles internos,	Avaliar o atendimento de recomendações ainda pendentes	3 Auditores
DAI 2.2	Auditoria sobre o demonstrativo de pagamento (holerite) dos servidores	Análise da nova estrutura dos holerites de servidores ocorridas a partir da folha de pagamento 07/2025	SGP 2	Análise documental e de bancos de dados funcionais e financeiros.	De março a agosto/2026	Divergências nos cálculos do novo holerite.	Adquirir conhecimento da nova estrutura do holerite	Verificar conformidade dos cálculos com a legislação vigente	Aperfeiçoamento do conhecimento adquirido sobre os cálculos da folha de pagamento e mitigação de eventuais falhas.	Verificar os critérios utilizados no novo holerite.	2 Auditores
DAI 2.2	Auditoria em Férias de Servidores	Portaria TJSP nº 9.899/2021	SGP 3	Análise documental e de bancos de dados funcionais e financeiros.	De maio a setembro/2026	Divergências no cumprimento da Portaria nº 9.899/2021.	Cumprir as disposições constantes na Portaria nº 9.899/2021.	Verificar a conformidade das férias dos servidores com a Portaria nº 9.899/2021.	Celeridade nas concessões das férias e mitigação de eventuais falhas.	Análise do fluxo e controles do processo de concessão de férias de servidores.	2 Auditores
DAI 2.2	Auditoria em Avaliação de Desempenho	Resolução nº 814/2019, alterada pela Resolução 871/2022	SGP 4	Análise documental e de bancos de dados funcionais e financeiros.	De agosto a dezembro/2026	Divergências com a Resolução nº 814/2019 nas avaliações de desempenho.	Cumprir as disposições constantes na Resolução nº 814/2019.	Verificar a conformidade da avaliação de desempenho com a Resolução nº 814/2019.	Eficiência na Avaliação de Desempenho.	Análise do fluxo e controles do processo de avaliação de desempenho dos servidores.	2 Auditores
DAI 2.2	Monitoramento dos trabalhos realizados	Acompanhamento do cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria e acolhidas pela E. Presidência		Análise e requisição de documentos	De janeiro a dezembro/2026	Agravamento ou permanência dos problemas identificados na auditoria pelo descumprimento das determinações da E. Presidência	Cumprimento das normas internas e legislação, solução, melhoria, aprimoramento contínuo e retorno financeiro advindos do trabalho de auditoria executado	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	melhoria na eficiência, economicidade, eficácia dos procedimentos e/ou controles internos,	Avaliar o atendimento de recomendações ainda pendentes	2 Auditores
DAI 3.1	Conclusão de auditorias dos PAA de exercícios anteriores	Auditorias pendentes	Diversos	Diversos	De janeiro a julho/2026	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos	3 Auditores

Setor	TEMA	Extensão	Unidade Auditada	Metodologia	Cronograma	Riscos	Relevância	Objetivo	Resultados Esperados	Análise Prioritária (escopo)	Recursos Humanos
DAI 3.1	Auditoria de Execução Orçamentária (AO 2025 - MOJ) - Mandado de Oficiais de Justiça	Mandados de Oficiais de Justiça	SOF	Análise dos controles e procedimentos para acompanhamento dos montantes arrecadados a título de Mandado de Oficial de Justiça.	De junho a novembro/2026	Controle inadequado ou ausente sobre os valores arrecadados/movimentados.	Materialidade	Avaliar a adequação dos saldos contabilizados. Discutir a natureza da conta.	Aprimoramento dos controles para acompanhamento do montante arrecadado.	Saldo contabilizados e controles adotados.	3 Auditores
DAI 3.1	Auditoria do Exercício Orçamentária (RAIF 2025) - Relatório de Acompanhamento Anual de Informações Fiscais	Execução Orçamentária do Exercício	SOF	Análise dos relatórios, documentos e sistemas, entrevistas (presenciais ou remotas).	De janeiro a abril/2026	Apresentação inadequada das Informações Fiscais Anuais; Inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Compilação das informações orçamentárias e financeiras do exercício fiscal, a partir de relatórios elaborados pela SOF.	Analisar as informações apresentadas nos relatórios e demonstrativos elaborados pela SOF.	Identificação de padrões e parâmetros para acompanhamento da gestão orçamentária e financeira;	Relatórios Orçamentários elaborados. Relatórios correlatos das unidades operacionais.	3 Auditores
DAI 3.1	Auditoria de Demonstrativo Financeiro- Orçamentário (DFO 2025 - DCRP) - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar (RGF - Anexo V)	Demonstrações Fiscais Obrigatórias	SOF	Análise dos relatórios, documentos e sistemas, entrevistas (presenciais ou remotas).	De setembro a dezembro/2026	Elaboração dos relatórios sem observância dos padrões estabelecidos pela STN e pela legislação pertinente.	Uniformização de procedimentos coordenada pela STN, em benefício da transparência e do controle social das contas públicas.	Verificar a conformidade dos demonstrativos ao Manual de Demonstrativos Fiscais - STN e à legislação pertinente.	Apresentação transparente e conforme dos demonstrativos fiscais.	Relatórios Orçamentários elaborados. Relatórios correlatos das unidades operacionais.	3 Auditores
DAI 3.1	Regularidade Uso da Verba de Representação	Prestação de Contas - Verba da Presidência	SPr/SOF	Análise documental.	Mensal (ref. Novembro/25 a Outubro/26)	Uso irregular da verba disponibilizada para representação da Presidência do TJ.	Requisito Legal. Órgão de Controle Externo	Verificar a conformidade da utilização dos recursos às Instruções da E. Presidência e à legislação correlata.	Uso regular em forma e conteúdo da verba disponibilizada.	Prestação de Contas: uso da verba e análise dos relatórios e documentação comprobatória das despesas.	3 auditores
DAI 3.1	Monitoramento e Consultoria	Monitoramentos em aberto	Diversos	Análise documental e de sistemas.	de janeiro a dezembro/2026	Ausência de providências para redução do risco e/ou resolução do achado identificado.	Aprimoramento dos controles e procedimentos adotados pelas unidades auditadas.	Acompanhar as providências adotadas pela unidade auditada em atenção às determinações da E. Presidência.	Adoção de medidas que evitem ou reduzam as deficiências apontadas.	Atendimento às recomendações da auditoria acolhidas pela E. Presidência.	3 Auditores
DAI 3.2	Consultoria sobre os impactos da Reforma Tributária no TJSP	Análise dos impactos da legislação nos contratos	SAAB , SOF	Estudo de legislação, realização de cursos e palestras etc.	de maio a julho/2026	revisões ou reequilíbrios contratuais com eventuais prejuízos ao TJSP devido a falta de conhecimento técnico para análise da legislação tributária	Materialidade e volume de contratos	Identificar os reflexos da reforma tributária nos contratos	Celeridade e assertividade nas revisões de contrato	Identificar os reflexos da reforma tributária nos contratos	3 Auditores
DAI 3.2	Auditoria em despesas extemporâneas ou sem previsão contratual	Análise das contas contábeis de despesas de exercícios anteriores ou indenizações	SOF	Elaboração de Fluxo de trabalho, extração de relatórios no SIAFEM/SAJ/SGF e SIGEO, estudo das normas contábeis aplicáveis, tratamento de dados, reuniões	de agosto a novembro/2026	Divergências ou inconsistências nos registros contábeis e saldos das contas contábeis analisadas.	Aumentar a fidedignidade das demonstrações contábeis	Verificação da consistência dos saldos das contas contábeis, mitigar inconsistências nos registros contábeis	Melhorar a fidedignidade dos registros contábeis, mitigar causas de possíveis distorções e identificação de eventual necessidade de automação dos processos.	Análise das contas contábeis de despesas de exercícios anteriores ou indenizações quanto à conformidade dos lançamentos	3 Auditores
DAI 3.2	Consultoria em desoneração e/ou reoneração da folha de pagamento e/ou divergência de alíquotas de tributos em planilhas contratuais	Revisão e adequação de Planilhas de acordo com a legislação tributária, subsídios, quesitos, análise de laudos	SAAB/SOF	Análise da legislação tributária e elaboração de planilhas	de janeiro a dezembro/2026	Prejuízo financeiro ao erário devido a inconsistências em cálculos de reequilíbrio econômico-financeiro	Prosseguimento para recebimento de restituições administrativas ou judiciais e revisões de contratos adequados a legislação	Garantir a transparência e a lisura das contratações em casos de reequilíbrio econômico-financeiro	Garantir a transparência e a lisura das contratações com recomposições de reequilíbrio econômico-financeiro	Garantir a transparência e a lisura das contratações com recomposições de reequilíbrio econômico-financeiro	3 Auditores

Setor	TEMA	Extensão	Unidade Auditada	Metodologia	Cronograma	Riscos	Relevância	Objetivo	Resultados Esperados	Análise Prioritária (escopo)	Recursos Humanos
DAI 3.2	Monitoramento	Acompanhamento das providências adotadas pelas unidades auditadas em atenção às determinações constantes do relatório final	Diversos	Análise e requisição de documentos	de janeiro a dezembro/2026	Agravamento ou permanência dos problemas identificados na auditoria pelo descumprimento das determinações da E. Presidência	Cumprimento das normas internas e legislação, solução, melhoria, aprimoramento contínuo e retorno financeiro advindos do trabalho de auditoria executado	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	Redução de valor nas contratações, ressarcimentos ao erário, obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos,	Avaliar o atendimento de recomendações pendentes	3 Auditores
DAI 3.2	Conclusão de auditorias do PAA do exercício anterior	Auditoria pendente	Diversos	Diversos	De janeiro a abril/2026	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos	3 Auditores
DAI 4.1	Auditoria operacional no contrato 52/2023, que trata do fornecimento de solução para expansão e evolução da Rede Wireless (sem fio), nas dependências do TJSP.	Análise do desempenho, a disponibilidade, a cobertura e a estabilidade da solução implantada, bem como a eficiência das ações de fiscalização e gestão do contrato.	STI	A metodologia consistirá na análise documental do processo de contratação e execução, confrontando essas evidências com critérios de conformidade, eficiência, economicidade e segurança da informação, a fim de avaliar a regularidade e os resultados da execução contratual.	De janeiro a maio/2025	Os riscos envolvem falhas na execução, desempenho insuficiente da rede, vulnerabilidades de segurança, pagamentos indevidos e fiscalização inadequada, podendo comprometer a qualidade e a efetividade da solução contratada.	A relevância da auditoria está em assegurar que a solução wireless contratada atenda às necessidades do TJSP, garantindo conectividade segura, estável e eficiente, além de verificar o uso adequado dos recursos públicos e fortalecer a gestão e a fiscalização do contrato.	Avaliar se a execução do contrato atende às especificações previstas, assegurando desempenho adequado da rede wireless, conformidade técnica e legal	Identificar o grau de conformidade da execução contratual, verificar a eficiência e o desempenho da rede wireless instalada, apontar eventuais falhas ou oportunidades de melhoria e subsidiar ações para aprimorar a gestão, a segurança e a qualidade do serviço prestado.	Verificação da conformidade da execução contratual, no atendimento às especificações técnicas da solução wireless, na adequação dos pagamentos realizados e na observância dos requisitos de segurança da informação.	3 Auditores
DAI 4.1	Auditoria operacional no contrato 178/2021, relativo ao fornecimento de servidores.	Verificar se os servidores foram entregues conforme o contratado, se os pagamentos estão corretamente fundamentados e se a solução atende às necessidades técnicas e operacionais do TJSP com eficiência e economicidade.	STI	Análise documental do processo de contratação e execução, incluindo especificações, notas fiscais, termos de recebimento e medições.	De abril a setembro/2025	Os principais riscos incluem entrega de servidores em desacordo com as especificações, desempenho abaixo do esperado, pagamentos indevidos ou sem comprovação adequada, falhas na fiscalização e possíveis impactos na disponibilidade e eficiência dos sistemas do TJSP.	Assegurar que os servidores adquiridos atendam corretamente às necessidades tecnológicas do TJSP, garantindo desempenho adequado, continuidade dos serviços, uso eficiente dos recursos públicos e fortalecimento da gestão e fiscalização do contrato.	Verificar se os servidores foram entregues e pagos conforme o previsto no contrato, avaliando sua adequação técnica e operacional e assegurando eficiência, regularidade e bom uso dos recursos públicos.	Espera-se confirmar a conformidade das entregas, identificar eventuais falhas ou inconsistências, avaliar a adequação técnica dos servidores e subsidiar melhorias na gestão e fiscalização, garantindo eficiência e uso correto dos recursos públicos.	Verificação da conformidade das entregas, na adequação técnica dos servidores fornecidos, na correção dos pagamentos realizados e no atendimento efetivo das necessidades operacionais do TJSP.	3 Auditores
DAI 4.1	Auditoria operacional no contrato 30/2021, relativo à solução de nuvem privada.	Verificar se a solução de nuvem privada foi entregue e operada conforme o previsto, se atende aos requisitos de desempenho, segurança e disponibilidade, e se os pagamentos realizados estão devidamente justificados.	STI	Análise documental do processo de contratação e execução, confrontando evidências com critérios de conformidade, eficiência, segurança e disponibilidade da solução de nuvem privada.	De agosto a dezembro/2025	Falhas na entrega ou operação da nuvem privada, indisponibilidade ou baixo desempenho dos serviços, vulnerabilidades de segurança, pagamentos sem comprovação adequada e fiscalização insuficiente, podendo afetar a continuidade e a eficiência das operações do TJSP.	Assegurar que a nuvem privada entregue suporte confiável, seguro e eficiente aos sistemas do TJSP, garantindo continuidade dos serviços e bom uso dos recursos públicos.	Verificar se a solução de nuvem privada está sendo entregue e operada conforme o contratado, atendendo aos requisitos de desempenho, segurança e disponibilidade, com eficiência e regularidade no uso dos recursos públicos.	Aderência da solução ao contrato, identificar possíveis falhas, avaliar a qualidade, segurança e disponibilidade da nuvem privada e subsidiar melhorias na gestão e na continuidade dos serviços do TJSP.	Verificação da conformidade da solução entregue com as especificações contratadas, na avaliação do desempenho, segurança e disponibilidade da nuvem privada e na regularidade dos pagamentos realizados.	3 Auditores
DAI 4.1	Monitoramento na área de tecnologia da informação	Acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em atenção às recomendações constantes do relatório final	STI	Análise de documentos e sistemas informatizados	De janeiro a dezembro/2025	Dano ao erário ou comprometimento direto das metas estratégicas definidas pela Instituição	Aumentar e proteger o valor organizacional da Instituição	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	Eficiência na gestão contratual e do serviço prestado	Avaliar o atendimento de recomendações ainda pendentes	3 Auditores

Setor	TEMA	Extensão	Unidade Auditada	Metodologia	Cronograma	Riscos	Relevância	Objetivo	Resultados Esperados	Análise Prioritária (escopo)	Recursos Humanos
DAI 4.2	Auditoria no contrato 6/2024, para o fornecimento e instalação de novo sistema de climatização, ventilação e exaustão, forro e infraestrutura elétrica e hidráulica do prédio do GADE 23 de maio - capital/SP.	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos das Leis 8.666/93, 14.133/2021, Resoluções CNJ 114/2010, 652/2025, TJSP 624/13 e 940/2024, Provimentos 2.138/13 e 2.724/2023, e IN TJSP 12/2025.	SAAB	A atividade inclui a análise de documentos que instruem os processos de contratação, execução, aditamentos, dentre outros. Entre as principais atribuições, destaca-se a verificação de medições de serviços, avaliação de relatórios técnicos, exame das justificativas de eventuais alterações contratuais e conferência dos atestes de notas fiscais.	De janeiro a maio/2026	Comprometimento de metas institucionais, falhas de controle e fiscalização, descumprimento de cronogramas físicos e obrigações contratuais, divergências entre pagamentos e serviços, aditamentos injustificados ou fora dos limites legais, incompatibilidade de valores contratados/aditados com os praticados no mercado.	Aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho e/ou controles internos	Verificar a regularidade dos contratos e da execução das obras e serviços de engenharia, assegurando conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e cláusulas contratuais.	A auditoria almeja contribuir para a melhoria da eficácia dos procedimentos e controles internos, fortalecendo a governança, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos.	Analisar os processos de contratação, acompanhamento da execução, dentre outros.	3 Auditores
DAI 4.2	Auditoria no contrato 127/2024, para execução de reforma pontual para instalação de Gabinetes de Juizes Substitutos em 2º grau no prédio do Fórum João Mendes Junior.	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos das Leis 8.666/93, 14.133/2021, Resoluções CNJ 114/2010, 652/2025, TJSP 624/13 e 940/2024, Provimentos 2.138/13 e 2.724/2023, e IN TJSP 12/2025.	SAAB	A atividade inclui a análise de documentos que instruem os processos de contratação, execução, aditamentos, dentre outros. Entre as principais atribuições, destaca-se a verificação de medições de serviços, avaliação de relatórios técnicos, exame das justificativas de eventuais alterações contratuais e conferência dos atestes de notas fiscais.	De abril a setembro/2026	Comprometimento de metas institucionais, falhas de controle e fiscalização, descumprimento de cronogramas físicos e obrigações contratuais, divergências entre pagamentos e serviços, aditamentos injustificados ou fora dos limites legais, incompatibilidade de valores contratados/aditados com os praticados no mercado.	Aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho e/ou controles internos	Verificar a regularidade dos contratos firmados por Sistema de Registro de Preços e da execução das obras e serviços de engenharia, assegurando conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e cláusulas contratuais.	A auditoria almeja contribuir para a melhoria da eficácia dos procedimentos e controles internos, fortalecendo a governança, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos.	Analisar os processos de contratação, acompanhamento da execução, dentre outros.	3 Auditores

Setor	TEMA	Extensão	Unidade Auditada	Metodologia	Cronograma	Riscos	Relevância	Objetivo	Resultados Esperados	Análise Prioritária (escopo)	Recursos Humanos
DAI 4.2	Auditoria no contrato 119/2024, para execução de reforma da fachada com a substituição dos caixilhos no prédio do Fórum de Sorocaba.	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos das Leis 8.666/93, 14.133/2021, Resoluções CNJ 114/2010, 652/2025, TJSP 624/13 e 940/2024, Provimentos 2.138/13 e 2.724/2023, e IN TJSP 12/2025.	SAAB	A atividade inclui a análise de documentos que instruem os processos de contratação, execução, aditamentos, dentre outros. Entre as principais atribuições, destaca-se a verificação de medições de serviços, avaliação de relatórios técnicos, exame das justificativas de eventuais alterações contratuais e conferência dos atestes de notas fiscais.	De agosto a dezembro/2026	Comprometimento de metas institucionais, falhas de controle e fiscalização, descumprimento de cronogramas físicos e obrigações contratuais, divergências entre pagamentos e serviços, aditamentos injustificados ou fora dos limites legais, incompatibilidade de valores contratados/aditados com os praticados no mercado.	Aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho e/ou controles internos	Verificar a regularidade dos contratos e da execução das obras e serviços de engenharia, assegurando conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e cláusulas contratuais.	A auditoria almeja contribuir para a melhoria da eficácia dos procedimentos e controles internos, fortalecendo a governança, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos.	Analisar os processos de contratação, acompanhamento da execução, dentre outros.	3 Auditores
DAI 4.2	Monitoramento na área de obras e serviços de engenharia	Acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em atenção às recomendações constantes do relatório final.	SAAB	Análise de documentos e planos de ação apresentados.	De janeiro a dezembro/2026	Descumprimento de recomendações e planos de ações pela unidade auditada.	Cumprimento de formalidades, normativos internos e externos (CNJ, TCU, etc)	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	A auditoria almeja contribuir para a melhoria da eficácia dos procedimentos e controles internos, fortalecendo a governança, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos.	Verificar o atendimento de recomendações da auditoria.	3 Auditores